



Carta da RMA ao Futuro Governo Lula

A **Rede de ONGs da Mata Atlântica – RMA** é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que congrega 150 entidades ambientalistas, as quais trabalham pela proteção e restauração da Mata Atlântica nos 17 estados de abrangência do bioma. Nos últimos quatro anos a RMA tem alertado que a Política Nacional do Meio Ambiente vem sendo severamente afetada pelas ações implementadas pelo Governo Federal, repercutindo em ameaças concretas a todos os biomas brasileiros. No caso da Mata Atlântica, a primeira floresta a enfrentar o desmatamento em larga escala – ao ponto de restarem pouco mais de 12% da sua cobertura florestal original – e onde vivem hoje 152 milhões de brasileiros, ou 72% da população, que dela depende para o abastecimento hídrico e para a manutenção da sua qualidade de vida e bem-estar, a continuidade desse processo precisa ser estancado, abrindo com o Governo Lula uma nova fase de aprimoramento dos instrumentos de defesa desse patrimônio nacional que é a Mata Atlântica.

Os últimos dados disponíveis mostram que a Mata Atlântica voltou a mostrar ritmo assustador de crescimento dos níveis de desmatamento. A destruição da Mata Atlântica teve um salto no último ano (2020-2021), chegando a 21.642 hectares, área equivalente à cidade de Recife. A cifra é a mais alta desde 2016 e representa um aumento de 66% em relação ao período anterior (2019-2020), quando foram desmatados 13.053 hectares. Além do desmatamento, o incentivo ao armamento e as propostas de legalização da caça ampliaram os riscos a que está submetida a fauna nativa do bioma.

Não podemos subestimar a gravidade da emergência climática que vivemos, assim como a perda acentuada de biodiversidade. Nesse contexto é necessário avaliar a baixa efetividade da implementação das Convenções da ONU (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB). Não se trata aqui de simplesmente questionar o modelo adotado, mas fundamentalmente para que o Brasil, independente dos avanços nas negociações multilaterais, faça a sua parte, e com isso venha inclusive voltar a contribuir com o aprimoramento deste modelo.

É de suma relevância que as negociações sobre clima e biodiversidade contemplem a proteção e recuperação de florestas, porém não é possível negligenciar ou relativizar a importância das savanas, estepes, áreas úmidas e de altitude. No Brasil isso significa dizer que é preciso reativar com urgência políticas ambientais adequadas para todos os biomas: Amazônia, Mata Atlântica, Pampa, Caatinga, Cerrado e Pantanal. A crise que administramos não permite limitar o foco na proteção tão somente de ambientes florestais; é preciso reconhecer e contemplar a diversidade e riqueza de fitofisionomias que caracterizam nossos biomas.

Especificamente sobre a Mata Atlântica é imperioso lembrar que foi no Governo Lula que tivemos a aprovação no Congresso da Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006), e o próprio Presidente Lula assinou o Decreto 6.660/2008 que a regulamentou. Marina Silva e Carlos Minc deram importante contribuição para a conclusão pelo CONAMA das regras para definição de vegetação primária e secundária nos seus diferentes estágios de regeneração, permitindo assim a correta operação da norma legal. Dos biomas elevados a condição de patrimônio nacional pela Constituição da República, apenas a Mata Atlântica conseguiu ter uma legislação própria para assegurar que sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. Pantanal e Amazônia, os dois outros patrimônios nacionais, seguem “sem lei”, assim como os demais biomas ainda carentes do reconhecimento constitucional. Pela igualmente inquestionável relevância da Caatinga, do Cerrado e do Pampa, o reconhecimento destes biomas como patrimônio nacional é objetivo que deveria ser abraçado e defendido pelo futuro governo.

Cumprir frisar que esses avanços ficaram seriamente ameaçados, tanto pela ação do Executivo Federal quanto por iniciativas legislativas, muitas das quais ainda em pleno curso. A própria Lei da Mata Atlântica é alvo de diversos projetos de lei que visam fragilizar essa norma especial de proteção do bioma. É preciso destacar que lacunas foram deixadas. O Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica destinado ao financiamento de projetos de restauração ambiental e de pesquisa científica, previsto no Art. 36 da Lei da Mata Atlântica até hoje carece de regulamentação, não tendo, portanto, qualquer implementação. Essa lacuna compromete a ampliação e efetivação dos planos municipais de conservação e recuperação da Mata Atlântica. O novo governo Lula deveria estabelecer como ação prioritária a efetivação do Fundo Mata Atlântica.

Lacunas no Sistema de Unidades de Conservação da Natureza também demandam atenção redobrada na Mata Atlântica. A gestão Marina Silva procurou reduzir essa lacuna com a criação de UCs na Floresta Ombrófila Mista, protegendo os últimos remanescentes dessa formação. Os Campos de Altitude não tiveram o mesmo tratamento, inclusive com processos de criação de unidades concluídos e não efetivados. Atualmente essa ameaça se mostra redobrada, com projeto de lei tramitando no Congresso para retirar os Campos de Altitude do regime de proteção da Lei da Mata Atlântica. A forte pressão de ocupação imobiliária na região litorânea tem ocasionado perdas significativas de áreas de restingas. As consequências das mudanças climáticas são sentidas de forma acentuada em diversos pontos do litoral. A ocupação indevida e a degradação das restingas acentuam a intensidade e gravidade desses eventos associados às mudanças do clima.

Além das lacunas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, os séculos de exploração predatória da Mata Atlântica foram particularmente violentos com seus povos originários. As Terras Indígenas na Mata Atlântica são áreas em geral de reduzidas dimensões, muitas ainda com pendências de demarcação e homologação, refletindo o enorme débito da sociedade atual com os povos originários da Mata atlântica. A integração das políticas indigenista e de proteção da Mata Atlântica precisa ser entendida como de crucial importância e como uma grande oportunidade.

Com Carlos Minc e Izabella Teixeira o MMA enfrentou com determinação as investidas para desfiguração do Novo Código Florestal de 1965. Com destacada participação do Senador Jorge Viana esse processo foi contido no Senado, contudo igualmente lacunas de implementação persistem até hoje. A União se eximiu da

responsabilidade que lhe era atribuída de implantar Programas de Regularização Ambiental (PRA); o Cadastro Ambiental Rural (CAR) sofre com desvios de finalidade e resistência dos Estados na sua efetiva implementação, comprometendo assim um importante instrumento que precisa ser resgatado. A implementação desses instrumentos e dos incentivos a conservação da vegetação nativa, trazidos pela Lei 12.651/2012, poderá impulsionar o necessário processo de avanço na restauração dos biomas, gerando emprego, renda e benefícios ambientais significativos.

O elevado quadro de degradação da Mata Atlântica, coloca o bioma numa situação de elevada fragilidade, notadamente frente aos mais intensos e recorrentes efeitos das mudanças climáticas globais. A própria Convenção do Clima ressalta a necessidade de maior cuidado das Partes com os efeitos negativos da mudança do clima nos países com zonas costeiras de baixa altitude; com regiões áridas e semi-áridas, com áreas sujeitas à degradação de florestas; com regiões propensas a desastres naturais; com regiões sujeitas à seca e desertificação e com regiões de alta poluição atmosférica urbana. Infelizmente todo esse conjunto de fatores se projeta sobre a Mata Atlântica, com o agravante de estar na sua região a maior parcela da população brasileira. O que alguns chamam de “ponto de não retorno”, em diversas áreas da Mata Atlântica, é fato. Logo, frear a devastação com efetivo desmatamento zero, recuperar populações ameaçadas de extinção e avançar com vigor nos programas de proteção de remanescentes naturais e de restauração ecossistêmica da vegetação nativa são imperativos inadiáveis. Acreditamos que o novo governo tenha plena condição de abraça-los, dando um valioso exemplo para os esforços globais de enfrentamento das crises climática e de biodiversidade, sem submetê-los ou subordiná-los aos ditos mecanismos de mercado. É possível e necessário reativar um sopro de esperança para a Mata Atlântica. A crise planetária exige um reposicionamento da política ambiental, deslocando-a para o centro nevrálgico das políticas públicas.

A Rede de ONGs da Mata Atlântica reafirma aqui seu papel e disposição para contribuir na recuperação e implementação da Política Nacional do Meio Ambiente pelo Governo que tomará posse em 1º de janeiro de 2023. A RMA seguirá atuando nos diversos espaços de participação social. Tais espaços precisam ser resgatados frente as investidas do atual governo, que na prática eliminaram a atuação de grande parte dos colegiados existentes, interferindo na autonomia das organizações da sociedade civil no processo de escolha de seus representantes e mesmo promovendo a extinção de muitos deles. Nesse contexto, o resgate e fortalecimento dos Conselhos, dentre eles o CONAMA, é aqui reivindicado com elevada prioridade.

Elencamos abaixo pontos críticos para a tomada de posição da nova gestão pública federal referentes a estratégia de proteção do Bioma Mata Atlântica:

1. Restabelecer uma agenda de ações integradas voltada a proteção do patrimônio natural de parte de organismos federais afetos a área do meio ambiente como IBAMA, ICMBIO, FUNAI e INCRA, dentre outros;
2. Estabelecimento de uma agenda comum com Governos Estaduais para a promoção de ações conjuntas que permitam um avanço na proteção dos remanescentes do Bioma Mata Atlântica;

3. Assegurar a implementação em escala de mecanismos legais de incentivos, em suas diversas modalidades, com foco na proteção de remanescentes do Bioma Mata Atlântica em estágio avançado de conservação;
4. Retomar os processos de estudo para criação de novas UCs, bem como investir na gestão e estruturação das UCs federais;
5. Desenvolver uma estratégia arrojada para a conservação da Mata Atlântica com foco no desmatamento zero e restauração de áreas prioritárias;
6. Promover ações educativas voltadas a importância na natureza e de seus serviços ambientais, bem como preconizar a implementação do conceito de produção de natureza e de economia restaurativa, como formas de desenvolvimento regional com base na proteção de áreas naturais de dimensões contínuas e em bom estado de conservação;
7. Consolidar o Cadastro Ambiental Rural em 100% da área de ocorrência da Mata Atlântica e promover a devida avaliação técnica das propriedades cadastradas, permitindo o avanço da implementação da Lei de Proteção da Vegetação Nativa;
8. Estabelecer um programa de longo prazo para o monitoramento de espécies do Bioma Mata Atlântica, com foco naquelas ameaçadas e vulneráveis, em especial aquelas com alto grau de endemismo;
9. Realizar ações integradas com os governos estaduais e municipais em medidas de restauração de áreas degradadas com foco no incremento de conectividades entre fragmentos remanescentes, estimulando e apoiando a elaboração e implementação dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica;
10. Assegurar monitoramento contínuo sobre os remanescentes do Bioma Mata Atlântica através de sistemas especializados com imagens de satélite, aderentes a mecanismos de acionamento em curto prazo de ações de fiscalização;
11. Garantir a implementação do Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica, com dotação orçamentária a ser negociada com agentes públicos e fontes internacionais;
12. Reativar e fortalecer os órgãos colegiados, com ênfase na reestruturação do CONAMA.

Brasília, 21 de novembro de 2022.

Coordenação Nacional da Rede de Organizações Não-Governamentais da Mata Atlântica – RMA

SHIN, Centro de Atividades 05, Conjunto J, Bloco J1, Brasília, DF.

Instituições Integrantes da RMA:

5 Elementos-Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental
Ação Nascente Maquiné-ANAMA
AMAR-Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária
APREC Ecossistemas Costeiros
Aquasis-Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos
Associação Ambientalista Coparba
Associação Ambientalista Floresta em Pé-AAFEP
Associação Amigos de Iracambi
Associação Catarinense de Preservação da Natureza-ACAPRENA
Associação Civil Alternativa Terrazul
Associação Civil Greenpeace - Greenpeace Brasil
Associação Civil Vale Verdejante
Associação Cultural Cabrália Arte e Ecologia-ASCAE
Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta-ACIA
Associação de Apoio ao Trabalho Cultural, Histórico e Ambiental-APÔITCHÁ
Associação de Ciclismo e Mobilização Ambiental-ACEMA
Associação de Fotógrafos de Natureza-AFNATURA
Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida-APREMAVI
Associação Defensores da Terra
Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Paraíba do Sul
Associação Eco Juréia-AEJ
Associação Ecológica Canela Planalto das Araucárias-ASSECAN
Associação Ecológica Força Verde
Associação Ecológica Piratingauna-OSCIP Piratingauna
Associação em Defesa do Rio Paraná, Afluentes e Mata Ciliar-APOENA
Associação Flora Brasil
Associação Francisco Anselmo Para Conservação da Natureza-FUCONAMS
Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural-AGAPAN
Associação Guajiru: Ciência-Educação-Meio Ambiente
Associação MarBrasil
Associação Mico-Leão-Dourado-AMLD
Associação Mineira de Defesa do Ambiente-AMDA
Associação Movimento Ecológico Carijós-AMECA
Associação Onda Verde Preservando o Meio Ambiente
Associação para a Conservação das Aves do Brasil-SAVE Brasil
Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro-ANGÁ
Associação Paraibana dos Amigos da Natureza-APAN
Associação pelo Meio Ambiente de Juiz de Fora-AMAJF
Associação Potiguar Amigos da Natureza-ASPOAN
Associação Pradense de Proteção Ambiental-APPA
Associação PROFAUNA - Proteção à Fauna e Monitoramento Ambiental
Associação Projeto Lagoa de Marapendi-Ecomarapendi
Associação Rosa dos Ventos
Associação Trescoroense de Proteção ao Ambiente Natural-ASTEPAN
Associação Vianei de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde-AVICITECS
Bicuda-Associação em Defesa da Qualidade de Vida, do Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico
Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia-Terra Viva
Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá
Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu
Centro de Estudos Ambientais-CEA
Centro de Estudos Ornitológicos-CEO
Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental-CEDEA
Centro de Orientação Ambiental Terra Integrada-Núcleo Vale do Ribeira e Litoral Sul-COATI-JURÉIA
Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste-CEPAN
Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata-CTA/ZM
CEPCE-Centro de Educação Profissionalização Cidadania e Empreendedorismo
Comissão do Meio Ambiente de Manguinhos-COM Manguinhos

Comissão Ilha Ativa-CIA
Comissão Pró-Índio de São Paulo
Conservation International do Brasil-CI-Brasil
Crescente Fértil Projetos Ambientais, Culturais e de Comunicação
ECOIA-Ecologia & Ação
Entidade Ambientalista Onda Verde
Fundação Angelo Cretã de Educação e Desenvolvimento Sócio Econômico Ambiental
Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente-CEPEMA
Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza
Fundação Mata Atlântica e Ecossistemas Querência da Amizade-ECOSSIS
Fundação Rio Parnaíba-FURPA
Fundação SOS Pró-Mata Atlântica
Fundação Terra Mirim
Grupo Ação Ecológica-GAE
Grupo Ambiental Natureza Bela
Grupo Ambientalista da Bahia-GAMBÁ
Grupo Ambientalista Nascentes-GANA
Grupo de Defesa Ambiental-GRUDEAM
Grupo de Defesa e Promoção Socioambiental-GERMEN
Grupo de Desenvolvimento Humano e Ambiental Instituto Goiamum
Grupo de Resistência às Agressões ao Meio Ambiente-GRAMA
Grupo Ecológico Rio das Contas-GERC
Grupo Pau Campeche-GPC
Grupo Universitário de Pesquisas Espeleológicas-GUPE
Hachi Ong - Proteção Animal
IGRÉ-Associação Sócio Ambientalista
ING-Instituto Os Guardiões da Natureza
Iniciativa Verde The Green Initiative
Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort
Instituto Ambiental Conservacionista 5º Elemento
Instituto Ambiental Vidágua
Instituto Ambiental, Cultura e Desportivo de Estudos e Assessoria
Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica-IA-RBMA
Instituto AUÁ de Empreendedorismo Socioambiental
Instituto Augusto Carneiro
Instituto Baía de Guanabara-IBG
Instituto Baleia Jubarte-IBJ
Instituto BioAtlântica-IBIO
Instituto Curicaca
Instituto da Biodiversidade
Instituto das Águas da Serra da Bodoquena-IASB
Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil
Instituto de Defesa, Estudo e Integração Ambiental-IDEIA
Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária-IDACO
Instituto de Educação e Comunicação Ambiental da Mata Atlântica - Educa Mata Atlântica
Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental Planeta Verde
Instituto de Estudos da Religião-ISER
Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia-IESB
Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola-IMAFLORA
Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica
Instituto de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental-SPVS
Instituto de Pesquisas Avançadas em Economia e Meio Ambiente-INSTITUTO IPANEMA
Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica-IPEMA
Instituto Ecoar para a Cidadania
Instituto Ecológico e de Proteção aos Animais-IEPA
Instituto Educa Brasil
Instituto Floresta Viva
Instituto Ihabela Sustentável-IIS
Instituto Mira-Serra
Instituto Rede Brasileira Agroflorestal-REBRAF

Instituto Silvio Romero de Ciência e Pesquisa-ISRCP
Instituto Socioambiental
Instituto Terra
Instituto Terra de Preservação Ambiental
Instituto Terramar de Pesquisa e Assessoria a Pesca Artesanal-Instituto Terramar
Instituto Uiraçu
IPBio- Instituto de Pesquisas da Biodiversidade
IPÊ-Instituto de Pesquisas Ecológicas
Mater Natura-Instituto de Estudos Ambientais
MOVE-Movimento Verde
Movimento Ambientalista da Região das Hortensias-MARH
Movimento de Defesa de Porto Seguro-MDPS
Movimento Popular Ecológico-MOPEC
Movimento SOS Natureza de Luiz Correia
Núcleo Sócio Ambiental Araçá-piranga
O Nosso Vale! A Nossa Vida
Observatório de Justiça e Conservação
Organização Ambiental Sócio Agro Arte Cultural Brinque e Limpe
Organização Bio-Bras
Organização de Conservação de Terras do Baixo Sul da Bahia-OCT
PANGEA-Centro de Estudos Socioambientais
Rede Ambiental do Piauí-REAPI
Reserva Ecológica de Guapiaçu
Serviço de Tecnologia Alternativa-SERTA
Sociedade Ambientalista da Lavoura Cacaueira-SALVA
Sociedade Angrense de Proteção Ecológica-SAPE
Sociedade Brasileira de Espeleologia-SBE
Sociedade de Preservação Ambiental Movimento Ecológico Amigos do Cambuí-MEACAM
Sociedade Eco-Atlântica
Sociedade Nordestina de Ecologia-SNE
Vale Verde Associação de Defesa do Meio Ambiente
WWF-BRASIL-Fundo Mundial Para a Natureza